

Vítima da ingenuidade?

Categories : [Reportagens](#)

A opinião do secretário do Meio Ambiente do Paraná, Rasca Rodrigues, parece contraditória. Mas só à primeira vista. Ele diz acreditar que a ex-chefe do escritório do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Elma Romanó, não chefiou e também não se beneficiou do esquema de corrupção que levou ao desmatamento ilegal de [1,4 mil hectares de araucárias](#), espécie de pinheiro protegida por lei e que hoje é representada por menos de 1% de sua cobertura vegetal original.

Segundo a Secretaria Estadual de Segurança, responsável pela operação Floresta Negra, como ficou conhecida a investigação, o esquema teria movimentado R\$ 8 milhões para a liberação de 150 licenças de desmate, que só são obtidas para o corte de árvores plantadas e não na mata nativa. Ao todo, foram presos 31 envolvidos, inclusive um fiscal do IAP, sete policiais ambientais (da Força Verde), um assessor direto da Elma, proprietários de terra e madeireiros.

Nesta quinta-feira, a 2.^a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná aprovou por unanimidade o parecer favorável da Procuradoria de Justiça e pôs em liberdade Elma Romanó, após ela ter permanecido três semanas encarcerada. Na análise do Habeas Corpus os desembargadores concluíram que foi uma prisão desnecessária porque Elma não era mais chefe do Escritório Regional do IAP.

Rasca, foi colega de faculdade de Elma e acompanhou sua trajetória profissional, confirma que ela foi designada para a chefia do escritório de Ponta Grossa em 2004 como interventora, aproveitando sua experiência no Ministério Público. “Havia indícios de irregularidades no escritório. Assim que a Elma assumiu o cargo, ela tomou providências, denunciou, abriu procedimentos administrativos. A partir disso, várias medidas foram tomadas, inclusive com demissão de funcionário, algo muito difícil de se fazer devido ao estatuto do funcionalismo público”, afirma o secretário.

Segundo Rasca, a partir dessas medidas, os problemas no escritório, aparentemente, haviam sido sanados. Porém, as denúncias recomeçaram, dessa vez da parte de proprietários de terra da região. “Chegaram a dizer que a situação havia piorado”, comenta.

Então, foi deflagrada a operação Floresta Negra que, nas palavras de Rasca, foi um modelo de investigação. Após nove meses de escuta telefônica, reuniu-se informação suficiente para incriminar os envolvidos. Entretanto, o secretário destaca que em momento algum as gravações mostram a voz de Elma dando ordens ou comandando o esquema. A denúncia de que ela seria a chefe do bando veio dos presos, já na cadeia. “Isso é palavra de bandido”, diz Rodrigues.

A polícia, contudo, não descarta a possibilidade de que Elma participasse do grupo através de intermediários. Sobre ela, pesa o fato de que sua assinatura consta das licenças concedidas

irregularmente. O advogado de defesa, Dálio Zippin Filho, garante que as assinaturas são falsas e que vai provar isso com exame grafológico.

A conclusão de Rasca é que Elma confiou em quem não devia. Entre os presos está um funcionário de confiança, fiscal que atuava com autorização da ex-chefe do escritório do IAP. Ele havia trabalhado com Elma desde que era estagiário e, segundo Rasca, foi levado para o escritório de Ponta Grossa por ela, assim como os sete policiais da Força Verde que foram presos. A ex-chefe fazia tratamento de saúde em Curitiba e deixava muita papelada para ser despachada por seu assessor. “Não sei dizer exatamente como as coisas aconteceram, mas tudo indica que ela foi ingênua. Por sua trajetória de vida, não consigo ver como ela poderia ter se beneficiado desse esquema de corrupção”, completa o secretário.

** Romeu de Bruns é jornalista free-lancer em Curitiba.*